

Edificando as Relações na Escola: Práticas Restaurativas como um Convite ao Diálogo

Regina Picanço Ferreira
Universidad Autónoma de Asunción

Resumo

Considerando recorrência de conflitos escolares e predomínio de respostas punitivas centradas em exclusões temporárias, delineia-se um quadro que fragiliza vínculos e desorganiza percursos de aprendizagem. A partir do referido contexto, objetiva-se mapear fundamentos das práticas restaurativas, descrever formatos de adoção em escolas públicas e discutir evidências sobre efeitos em clima institucional e pertencimento discente. A justificativa decorre da necessidade de alternativas que combinem acolhimento, responsabilização e reparação, preservando dignidade, segurança e continuidade pedagógica. Metodologicamente, conduz-se estudo teórico-analítico, de natureza qualitativa, sustentado por revisão narrativa de literatura e análise documental, com foco em círculos de construção de paz, comunicação não violenta e protocolos participativos. O corpus inclui livros, artigos, dissertações e normativas nacionais, priorizando descrições aplicáveis ao cotidiano. A síntese dos achados indica que rituais de abertura, perguntas restaurativas e registros transparentes favorecem escuta qualificada, distribuindo fala e responsabilidades; apontam, ainda, queda de recorrência em determinados conflitos, melhoria percebida no clima de aula e ampliação de pertencimento. Embora limitações institucionais condicionem resultados, planejamento em fases, formação continuada, supervisão por pares e indicadores de processo sustentam implementações graduais. Recomenda-se integração com projetos pedagógicos e rede de proteção, assegurando continuidade e rastreabilidade. Preveem-se avaliações periódicas com devolutivas públicas e ajustes pactuados coletivamente. Consensualmente.

Palavras-chave: Justiça Restaurativa; Cultura de Paz; Círculos de Construção de Paz.



Recebido em: maio. 2025. Aceito em: setembro. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.703

Estudos do Cotidiano: a ciência do hoje

Outubro, 2025, v. 3, n. 31

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



Building Relationships at School: Restorative Practices as an Invitation to Dialogue

Abstract

Against a backdrop of recurring school conflicts and widespread reliance on punitive responses grounded in temporary exclusions, a scenario emerges that weakens bonds and disrupts learning trajectories. Building on this context, the article aims to map the conceptual foundations of restorative practices, to describe implementation formats in public schools, and to discuss evidence regarding effects on institutional climate and students' sense of belonging. The rationale lies in the need for alternatives that combine care, accountability, and repair while safeguarding dignity, safety, and pedagogical continuity. Methodologically, the study follows a qualitative, theoretical-analytical design based on a narrative literature review and documentary analysis, focusing on peace circles, Nonviolent Communication, and participatory protocols. The corpus includes books, peer-reviewed articles, dissertations, and Brazilian regulations, prioritizing descriptions that can be applied to daily school routines. Synthesis of findings indicates that opening rituals, restorative questions, and transparent records promote qualified listening, redistribute voice and responsibility, and correlate with lower recurrence in particular conflicts, improved classroom climate, and stronger belonging. Although institutional constraints shape outcomes, phased planning, continuous training, peer supervision, and process indicators support gradual implementation. Integration with pedagogical projects and protection networks is recommended, alongside periodic evaluations with public feedback and collectively agreed adjustments.

Keywords: Restorative justice; Peacebuilding; Circle processes.

Construyendo relaciones en la escuela: Prácticas restaurativas como invitación al diálogo

Resumen

Ante la recurrencia de conflictos escolares y la difusión de respuestas punitivas sustentadas en exclusiones temporales, se configura un escenario que debilita vínculos y desordena trayectorias de aprendizaje. Con base en dicho contexto, el artículo tiene por objetivo cartografiar fundamentos de las prácticas restaurativas, describir formatos de implementación en escuelas públicas y discutir evidencias sobre efectos en el clima institucional y el sentido de pertenencia estudiantil. La justificación se asienta en la necesidad de alternativas que articulen cuidado, responsabilización y reparación, preservando dignidad, seguridad y continuidad pedagógica. Metodológicamente, se realiza un estudio cualitativo de carácter teórico-analítico, sustentado en revisión narrativa de literatura y análisis documental, con foco en círculos de construcción de paz, Comunicación No Violenta y protocolos participativos. El corpus comprende libros, artículos, tesis y normativas brasileñas, priorizando descripciones transferibles al cotidiano escolar. La síntesis de hallazgos señala que rituales de apertura, preguntas restaurativas y registros transparentes favorecen escucha calificada, redistribuyen la palabra y las responsabilidades, y se asocian con menor recurrencia de conflictos, mejora del clima de aula y fortalecimiento del sentido de pertenencia. Aunque condicionantes institucionales inciden sobre resultados, planificación por fases, formación continua, supervisión e indicadores de proceso sostienen implementaciones graduales, con evaluaciones y ajustes consensuados.

Palabras clave: Justicia Restaurativa; Cultura de Paz; Círculos de Construcción de Paz.

INTRODUÇÃO

No observar dos conflitos cotidianos atravessando salas de aula e corredores, emerge um cenário no qual sanções punitivas perpetuam ressentimentos, enquanto práticas restaurativas sustentam caminhos de responsabilização dialogada. Nesse horizonte, concepções de cultura de paz perpassam políticas e rotinas escolares, convidando docentes, estudantes e famílias a reconstruir vínculos. Com base nessa direção, o texto delinea contribuições teóricas e implicações práticas direcionadas ao fortalecimento do clima escolar.

A literatura internacional e nacional descreve abordagens restaurativas como método relacional voltado à reparação de danos, priorizando escuta qualificada e compromisso com o reingresso do sujeito no coletivo. Sob referido prisma, círculos de construção de paz, mediações e conferências estruturadas ganham centralidade, pois reorganizam narrativas sobre o conflito. Desse modo, argumenta-se que escolhas metodológicas compatíveis com justiça restaurativa potencializam convivências pedagógicas.

Nesse percurso, considerações sobre comunicação não violenta, formação docente e participação estudantil orientam a análise, visto que dimensões éticas e pedagógicas atravessam qualquer programa escolar. Paralelamente, documentos institucionais, diretrizes de tribunais e referências acadêmicas sinalizam caminhos factíveis para implementação gradual. Assim, o artigo reúne fundamentos, descreve estratégias de adoção e discute resultados esperados, sempre atento a limites, riscos e condições de sustentação no cotidiano.

Tomando como referência estudos sobre círculos, cultura de paz e justiça restaurativa no ambiente escolar, discute-se como dispositivos participativos reconfiguram relações de poder, redistribuem fala e ampliam pertencimento. Ao mesmo tempo, examinam-se contradições de processos de disciplinamento historicamente centralizados na punição. A partir disso, delineiam-se objetivos investigativos e justificativas para analisar contribuições das práticas restaurativas em escolas públicas brasileiras.

Enquanto muitos sistemas educacionais registram ocorrências de indisciplina com ênfase procedimental, abordagens restaurativas operam com foco no dano, na

responsabilidade e na reparação, promovendo pactos coletivos viáveis. Em razão desse deslocamento, conflitos passam a constituir oportunidades de aprendizagem socioemocional. Deste modo, a introdução sustenta pertinência científica e relevância social do estudo, dado que diálogo estruturado, aliado a políticas de convivência, favorece ambientes pedagógicos acolhedores.

Com vistas a organizar o escopo, definem-se objetivos de mapear fundamentos conceituais das práticas restaurativas, descrever formatos de implementação em escolas e discutir evidências sobre impactos em convivência e aprendizagem. Em paralelo, justifica-se a investigação por contemplar lacunas de integração entre políticas de convivência e estratégias formativas, observando que programas sustentados por diálogo, corresponsabilização e reparação tendem a reduzir reincidências e ampliar confiança.

Considerando que escolas lidam com múltiplas formas de violência, desde microagressões até agressões físicas, argumenta-se que a adoção de práticas restaurativas oferece horizonte de prevenção e cuidado. Sobretudo, círculos de paz, contratos de convivência e mediações orientadas por escuta ativa contribuem para redesenhar vínculos e produzir sentido compartilhado. Assim, a justificativa ancora-se na urgência de soluções educativas comprometidas com dignidade, pertencimento e segurança.

Para atender ao objetivo proposto, organiza-se um estudo teórico-analítico com caráter qualitativo, sustentado por revisão narrativa de literatura e análise documental. O recorte abrange publicações acadêmicas, materiais institucionais e documentos normativos relacionados à justiça restaurativa e cultura de paz em escolas. A seleção prioriza textos que descrevem dispositivos participativos aplicáveis ao cotidiano, indicando potenciais efeitos sobre clima escolar e aprendizagem.

Nesse itinerário metodológico, combinam-se buscas em periódicos e livros com leitura de dissertações e relatórios técnicos, além de normativas de tribunais e organismos internacionais. Em termos de procedimento, categorias analíticas contemplam concepções de justiça restaurativa, estratégias de formação docente e condições de implementação. Paralelamente, autores sobre metodologias de pesquisa e metodologias ativas subsidiam critérios de análise e redação acadêmica.

Opta-se por sistematização argumentativa com citações autor-data, de modo a favorecer encadeamento conceitual e coerência expositiva. Com referida escolha, a construção textual valoriza articulação entre fundamentos e recomendações operacionais, sem perder de vista dilemas práticos. Ao final, discussões integram achados da revisão com proposições para escolas, gestores e equipes pedagógicas, contemplando limites, riscos e medidas de monitoramento de resultados.

DESENVOLVIMENTO

A justiça restaurativa, conforme delineamentos clássicos, organiza-se em torno da reparação do dano, da responsabilização dialogada e da restauração das relações comunitárias. Sob condições escolares, referido desenho favorece espaços de fala distribuída, por meio de círculos facilitados e procedimentos que acolhem narrativas plurais. Práticas desse tipo buscam recompor confiança, pois privilegiam vínculos e aprendizados sobre consequências, reparações e compromissos futuros (Morrison, 2005).

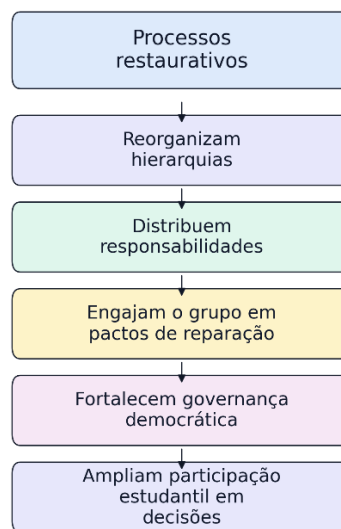
Contribuições sobre cultura de paz dialogam com prevenção das violências, educação para direitos humanos e fortalecimento de comunidades escolares participativas. Materiais formativos descrevem estratégias de sensibilização, mediação e engajamento estudantil, destacando a construção compartilhada de combinados e protocolos. Assim, a escola torna-se espaço de socialização política e ética, com regras negociadas, responsabilidades claras e procedimentos restaurativos acessíveis a diferentes atores (Ortega et al., 2002).

Programas que se orientam por círculos de construção de paz aproximam gestão, docentes, estudantes e famílias, uma vez que rituais de abertura, perguntas restaurativas e escuta qualificada instauram clima de respeito. A facilitação requer preparo técnico e alinhamento axiológico, pois perguntas guiam a compreensão do dano e das necessidades correlatas. Estudos de referência relatam ganhos em pertencimento, convivência e redução de reincidências (Pranis, 2018).

No campo da orientação educacional, debates sobre paradigmas e conflitos destacam que intervenções dialogais substituem respostas centradas

exclusivamente em punição, promovendo contratos pedagógicos coerentes com dignidade e cuidado. Processos restaurativos, ao valorizar o coletivo, reorganizam hierarquias e distribuem responsabilidades, engajando o grupo em pactos de reparação. Com referida arquitetura, a escola fortalece governança democrática e amplia participação estudantil em decisões (Grinspun, 2006).

Imagem 1. Processos restaurativos



Fonte: Elaborado para este estudo pela autora (2025).

Experiências brasileiras apoiadas por tribunais registram programas de justiça restaurativa com enfoque em escolas, a partir de portarias e projetos-piloto que instituem círculos e mediações estruturadas. Tais iniciativas descrevem fluxo de encaminhamentos, critérios de participação e acordos registrados, compondo arranjos interinstitucionais com rede de proteção. Esse movimento institucional sustenta escalabilidade e padronização mínima, garantindo lastro jurídico e formativo (Brasil, 2006).

Referências sobre comunicação não violenta oferecem gramática relacional sensível a necessidades, sentimentos e pedidos, criando condições para conversações respeitadas. Sob mediação restaurativa, reparações simbólicas ou materiais tornam-se plausíveis, desde que o grupo reconheça impactos e elabore compromissos verificáveis. Combinada a círculos, a CNV

favorece reconexão e cuidado mútuo, reduzindo disputas recorrentes e evitando etiquetamentos estigmatizantes (Rosenberg, 2006).

Relatos produzidos em cursos e diagnósticos escolares apontam que dispositivos restaurativos exigem preparação docente, com ênfase em manejo de grupo, perguntas abertas e negociação de acordos. Materiais dedicados à cultura de paz registram que rituais, símbolos e contratos geram previsibilidade e segurança, duas condições indispensáveis para que estudantes se engajem na corresponsabilização. Componentes assim consolidam pertença e ampliam confiança em instâncias de escuta (Marcon et al., 2022).

Investigações sobre círculos de construção de paz descrevem transição do círculo vicioso da punição para círculos dialógicos, nos quais narrativas se reconfiguram e afetos encontram lugar legítimo. Tarefas de facilitação incluem gestão de turnos de fala, síntese de enunciados e registro transparente dos compromissos. A literatura indica que itinerários formativos curtos podem acionar mudanças iniciais, embora programas contínuos apresentem resultados mais consistentes (Kalil, 2018).

Estudos em contextos universitários sobre metodologias ativas sugerem que práticas participativas elevam engajamento e favorecem aprendizagem autônoma, o que inspira desenho de formações para docentes da educação básica. Estratégias como estudo de caso, simulações de círculos e feedback estruturado favorecem transferência para o cotidiano escolar. Essa aproximação fortalece coerência entre teoria e prática, gerando cultura institucional de reflexão continuada (Morón; Silva; Fialho, 2023).

Experiências em redes municipais mostram que mediações e círculos demandam dispositivos de registro, indicadores de acompanhamento e tempos institucionais dedicados à escuta. Quando a gestão aloca horários, espaços e supervisão, surgem condições para que acordos avancem e ganhos se consolidem. Sinais positivos incluem redução de conflitos repetitivos, menor evasão temporária das atividades e ampliação de participação em instâncias colegiadas (Duvernoy; Souza, 2023).

Para que a implementação alcance escala, recomenda-se planejamento com fases, contemplando sensibilização, formação, experimentação assistida e

institucionalização. Em paralelo, convém articular parcerias com conselhos, promotorias e serviços de proteção, a fim de construir fluxos intersetoriais. Programas bem delineados descrevem critérios de encaminhamento, perfis de casos, pactos de confidencialidade e protocolos de documentação, garantindo rastreabilidade e transparência (Nunes, 2011).

Formações docentes sustentadas por metodologias de pesquisa favorecem rigor e autorreflexão, pois integram modalidades de aprendizagem e cenários didáticos diversos. Abordagens que combinam leitura teórica, oficinas de facilitação e análise de casos reais ampliam repertórios profissionais e consolidam autonomia investigativa. Nesse sentido, argumentos sobre ensino de metodologia de pesquisa dialogam com a construção de programas restaurativos academicamente embasados (Betty; Ferreira-Gerab; Seiffert; Prudêncio, 2023).

No plano epistemológico, textos sobre importância da metodologia científica recordam que decisões didáticas requerem critérios claros, indicadores válidos e avaliação ética de processos. Ao transportar mencionados princípios para a justiça restaurativa escolar, delineia-se monitoramento contínuo dos acordos, com métricas de adesão, reconexão e satisfação. Relatos de implementação ganham consistência quando combinam dados quantitativos e narrativas qualitativas (Bloise, 2020).

Mapeamentos de práticas para cultura de paz sugerem que resultados emergem quando lideranças escolares atuam de modo dialogal, valorizando colegiados, grêmios e mediações. Regras co-construídas, rituais comunitários e escuta sistemática convergem para um *ethos* institucional acolhedor. Diante disso, planos anuais de convivência passam a contemplar formação continuada, supervisão de facilitadores e protocolos de avaliação periódica, com devolutivas públicas (Gomes, 2021).

Dissertações e estudos de caso brasileiros indicam que justiça restaurativa produz efeitos salientes quando alinhada a projetos pedagógicos, sem substituir normas disciplinares, porém reorganizando sua aplicação. A coexistência de regimentos e práticas dialogais evita lacunas de governança e permite respostas proporcionais. Esse equilíbrio previne arbitrariedades, reduz

desigualdades punitivas e amplia o horizonte educativo da intervenção (Araújo, 2010; Souza, 2009).

Quando práticas restaurativas encontram suporte institucional, escolas tendem a converter conflitos em oportunidades de aprendizagem sociomoral, com ênfase em reparações e reintegração. A experiência de círculos de paz, quando sistematizada, favorece cultura de pertencimento e protege vínculos que sustentam projetos pedagógicos. Em contrapartida, ausência de tempo, de formação e de indicadores fragiliza o programa, gerando fadiga e desistência.

A análise das fontes sugere que dispositivos restaurativos funcionam como ecologia de práticas, articulando rituais, linguagem, registros e governança participativa. Resultados aparecem de forma gradual, muito ligados à consistência da facilitação e à previsibilidade de rotinas. Diante de contextos desiguais, adaptações cuidadosas asseguram inclusão, evitando barreiras linguísticas, capacitistas ou culturais que inviabilizam a fala de sujeitos mais vulneráveis.

No plano formativo, módulos baseados em metodologias ativas mostram aderência, visto que simulações, estudos de caso e devolutivas interpares estimulam autoavaliação e compromisso ético. Materiais didáticos com roteiros de perguntas restaurativas, guias de círculos e orientações de registro auxiliam docentes iniciantes, reduzindo inseguranças. Supervisão periódica por pares experientes fortalece qualidade da facilitação e garante alinhamento com princípios restaurativos.

Dados agrupados por redes que já adotam mencionados procedimentos indicam queda de reincidência em determinados tipos de conflito, além de melhoria percebida no clima de aula. Contudo, variáveis contextuais, como rotatividade docente e sobrecarga, interferem na sustentabilidade. Em razão disso, indicadores de processo ajudam a proteger o programa durante ciclos de substituição de equipes, assegurando continuidade de pactos firmados com estudantes e famílias.

Em alguns cenários, famílias demonstram desconfiança quanto ao alcance de práticas dialogais, associando rigor à punição imediata. Diante desse desafio, ações de acolhimento, oficinas explicativas e participação em círculos

abertos reduzem resistências. A clareza sobre confidencialidade, limites e encaminhamentos obrigatórios evita ruídos e previne falsas expectativas. Dessa forma, o programa consolida legitimidade social e ganha estabilidade política na comunidade escolar.

Considerando o estado da arte e os relatos examinados, conclui-se que práticas restaurativas constituem alternativa pedagógica consistente para prevenção de violências e fortalecimento de vínculos. Quando planejamento abrange formação, supervisão e avaliação, os efeitos sobre clima escolar e aprendizagem tornam-se visíveis. Recomenda-se institucionalizar tempos, espaços e protocolos, garantindo rastreabilidade e transparência, com especial atenção à inclusão de estudantes historicamente silenciados.

Para além de ganhos imediatos em convivência, práticas restaurativas contribuem para competências socioemocionais, participação democrática e engajamento estudantil em instâncias colegiadas. Ao articular justiça restaurativa a projetos pedagógicos, conselhos e redes de proteção, escolas desenvolvem governança mais dialógica. Pesquisas futuras poderão explorar desenhos mistos com acompanhamento longitudinal, de modo a correlacionar dados de reincidência, pertencimento e rendimento acadêmico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o conjunto de argumentos reunidos, confirma-se a pertinência de práticas restaurativas para converter conflitos em oportunidades pedagógicas orientadas por acolhimento, responsabilização e reparação. Quando planejamento, formação e supervisão coexistem, observam-se rotinas previsíveis, linguagem compartilhada e pactos documentados.

Por conseguinte, vínculos ganham densidade, enquanto a escola reforça pertença, reduz estigmas e amplia participação estudantil em instâncias colegiadas, com impactos que atravessam clima de aula e continuidade das aprendizagens.

Sob a perspectiva da implementação, delineia-se uma trajetória em fases, que principia por sensibilização, segue por capacitação e experimentação

assistida, alcançando institucionalização com protocolos claros. Além disso, a governança beneficia-se de comissões de convivência, articulação com rede de proteção e espaços de escuta para famílias. Sempre que registros transparentes e indicadores acompanham os acordos, emergem condições para avaliação contínua e ajustes tempestivos, preservando princípios restaurativos.

Os achados consolidados sugerem distribuição mais equilibrada da fala, fortalecimento da confiança e diminuição de reincidências em determinados incidentes. Ademais, docentes relatam maior segurança na mediação, sobretudo quando roteiros de perguntas e rotinas de abertura estruturam os círculos. Embora variações contextuais interfiram, correlações entre previsibilidade das práticas e percepção de pertencimento mostram-se consistentes, sobretudo em ambientes com horários protegidos, supervisão por pares e devolutivas públicas periódicas.

Ao lado desse quadro promissor, identificam-se limites e riscos que exigem atenção. Improvisações prolongadas, confidencialidade frágil, burocratização sem escuta e rotatividade de equipes tendem a corroer a confiança do coletivo. Para mitigá-los, recomendam-se planos anuais de convivência com metas realistas, cronogramas de formação contínua, acompanhamento por facilitadores experientes e mecanismos de memória institucional que resistam a mudanças de gestão e a pressões circunstanciais.

No plano pedagógico, recomenda-se incorporar comunicação não violenta e perguntas restaurativas ao currículo de formação docente, alinhando práticas à proposta pedagógica. Estratégias como estudos de caso, simulações e observação mútua favorecem transferência ao cotidiano. Paralelamente, a escola pode consolidar espaços de diálogo com famílias, de modo a reduzir desconfiâncias e construir expectativas possíveis. Indicadores de processo e de resultado, com devolutivas acessíveis, sustentam transparência e aprendizagem institucional.

Em termos prospectivos, investigações longitudinais e desenhos mistos poderão estimar efeitos sobre permanência, convivência e aprendizagem, dialogando com métricas de efetividade e custos operacionais. Conclui-se que programas restaurativos, quando ancorados em princípios claros, recursos

estáveis e avaliação regular, fornecem base promissora para políticas de convivência comprometidas com dignidade, inclusão e participação. Nesse horizonte, escolas fortalecem laços, protegem trajetórias e cultivam culturas de paz duradouras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, A. P. **Justiça restaurativa na escola: perspectiva pacificadora?** 2010. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BETTY, C. B.; FERREIRA-GERAB, I.; SEIFFERT, O. M. L. B.; PRUDÊNCIO, S. N. O ensino da metodologia da pesquisa científica – entrelaçando modalidades, metodologias e cenários de ensino-aprendizagem. **Educ@ – Revista da Rede Interação**, v. 21, e61629, 2023.

BLOISE, D. M. A importância da metodologia científica na construção da ciência. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 6, n. 6, p. 105-122, 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. **Portaria nº 52, de 09 de outubro de 2006**. Institui programa de Justiça Restaurativa. Diário de Justiça, Brasília, DF, 23 out. 2006. Seção 03, p. 67-68.

DUVERNOY, D. A. C.; SOUZA, G. L. de. Práticas restaurativas: círculos de construção de paz com e para a comunidade escolar no enfrentamento da violência. Momento. **Diálogos em Educação**, v. 32, n. 1, p. 266-286, 2023.

GOMES, E. G. S. Práticas para a cultura de paz no ambiente escolar. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 29, 2021.

GRINSPUN, M. **A orientação educacional: conflitos de paradigmas e alternativas para a escola**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

GUTERRES, D. A. B. **Práticas restaurativas: comunicação não violenta na escola**. 2020. 44 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em

Orientação Educacional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

KALIL, F. R. **Tem lugar pro diálogo na escola?** Do círculo vicioso aos Círculos de Construção de Paz. 2018. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MARCON, F.; BRAGA, E. D.; SANTANA, J. V. P.; MACHADO, J. (org.). **Cultura de paz e práticas restaurativas na escola:** reflexões e diagnóstico. Aracaju: Criação Editora, 2022.

MORÓN, S. V. L.; SILVA, M. P.; FIALHO, J. R. Metodologias ativas como instrumento de formação acadêmica e científica no ensino em Ciências do Movimento. **Educação & Pesquisa**, v. 49, e5299, 2023.

MORRISON, B. Justiça restaurativa nas escolas. In: SLAKMON, C.; DE VITTO, R. C. P.; PINTO, R. S. G. (org.). **Justiça Restaurativa:** coletânea de artigos. Brasília, DF: PNUD, 2005.

NUNES, A. O. **Como restaurar a paz nas escolas:** um guia para educadores. São Paulo: Contexto, 2011.

ORTEGA, R. et al. **Estratégias educativas para prevenção das violências.** Brasília: UNESCO; UCB, 2002.

PRANIS, K. **Processos circulares de construção de paz.** São Paulo: Palas Athena, 2018.

ROSENBERG, M. B. **Comunicação não-violenta:** técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo: Ágora, 2006.

SOUZA, A. C. S. **Justiça restaurativa e sua aplicabilidade nos delitos econômicos.** 2009. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional Econômico) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2009.